

As dimensões da saúde ocupacional (aspectos conjunturais)

DAPHNIS FERREIRA SOUTO*

Após a Revolução Industrial, algumas poucas nações, favorecidas por uma conjugação de circunstâncias, experimentaram acelerado ritmo de desenvolvimento, enquanto expressiva maioria permanecia estagnada ou em lento processo de evolução.

Terminada a II Grande Guerra e, principalmente, através do maior relacionamento efetuado na Organização das Nações Unidas o mundo começou a tomar consciência do abismo que se formara entre nações ricas e pobres.

A partir de então, acumulou-se farta literatura referente a estudos sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento, onde se podem assinalar duas idéias predominantes:

1. a de apreciar os fenômenos sob prisma quase exclusivamente econômico, não obstante os fatos demonstrarem que se de um lado o crescimento econômico é estimulante do desenvolvimento global, de outra parte faz-se indispensável a existência do ambiente sociopolítico predisposto e capacitado à evolução;

2. a relacionada ao surgimento nos países subdesenvolvidos de um clima de aspirações crescentes (incentivado pelo efeito de demonstração) em oposição a possibilidades nacionais limitadas, fato esse gerador de tensões capazes de se refletir na boa convivência.

Ao pronunciar na Unesco um discurso sobre cultura, o Prof. Maheu situou-a na confluência de dois grandes movimentos contemporâneos: a dignidade humana e o desenvolvimento.

* Médico sanitário e do trabalho; *master* em saúde pública e saúde ocupacional (Universidade da Califórnia, EUA); membro da Academia Brasileira de Medicina Militar; membro do Conselho da Fundacentro e FSESP; Curso da Escola Superior de Guerra; chefe da Assessoria de Saúde Ocupacional da Petrobrás.

Do mesmo modo, alguns pensadores como Bergson que pedia para o mundo mecanizado um suplemento de alma; ou Heidegger que protestava contra o desterro do espírito pela tecnocracia; Gabriel Marcel que agride as forças que desumanizaram o humano; e Alberto Camus que proclamava a revolta diante do absurdo da existência cada dia menos rica de substância vital — tudo isso querendo significar que o repositório de conhecimentos e criações que recebemos como herança daqueles que nos precederam deverá ser posto a serviço de objetivos de valorização humana.

Deve a cultura, de um lado, contribuir para a erradicação da pobreza e da miséria, por forma a fazer desaparecer a paisagem chocante do mundo hodierno retratada pela coexistência de sociedades superindustriais e primitivas e, de outro, auxiliar a plena realização da pessoa humana.

O desenvolvimento deve ser portanto tomado também como um fenômeno sociocultural, dado que se propõe, em síntese, a construir uma sociedade inspirada no bem comum, valendo-se tanto da cultura científica como da humanística.

A cultura científica se constitui no empuxo acelerador do desenvolvimento, por meio da implementação de uma nova tecnologia que vise a maximização dos fatores de produção que irão assegurar um aumento de bem-estar do homem. Representa, assim, um valioso instrumento de que se serve o desenvolvimento para superar os obstáculos materiais que procuram impedir sua marcha ascensional.

As ciências sociais, influenciadas pela cultura humanística, visam proporcionar os conhecimentos necessários à construção de uma sociedade humana e justa, onde o homem possa promover-se e realizar-se. O desenvolvimento numa sociedade democrática só poderá ser assim entendido, sob pena de comprometer o antropocentrismo que se deve constituir em seu fundamento. Indispensável se torna, portanto, que o desenvolvimento eleja o homem como principal fator de produção e que se processe buscando sua valorização.

Eis por que há que se promover intensamente, no processo de desenvolvimento, as potencialidades humanas, a fim de que possam ser descobertos novos meios e processos que permitam ao homem subordinar aos seus desejos os caprichos da natureza, sem que necessariamente haja violência de qualquer dos dois. Para tanto, necessário se faz que sejam encarados também o adequado aproveitamento das potencialidades que a terra oferece e o desenvolvimento ordenado das instituições, sem o que pontos de estrangulamento poderão tirar-lhes a vitalidade.

Nesta postulação procura-se a valorização do homem antepondo-se ao aspecto opressor de uma valorização meramente técnica e econômica do trabalho.

Hoje em dia no mundo inteiro os cidadãos das nações em estágios de desenvolvimento já conseguiram visualizar novos tipos de atividades humanas, maiores possibilidades de acesso a novos conhecimentos, novas oportunidades para assegurar a mobilidade social, novas modalidades de lazer, novos valores enfim. Já se convenceram da necessidade de construir

uma sociedade dinâmica caso desejem os mesmos padrões econômicos e sociais dos povos mais adiantados.

O Brasil já ocupa um lugar de destaque entre as economias do mundo ocidental e certamente dispõe de oportunidades para colocar a seu favor alguns aspectos resultantes das carências com que o mundo de hoje se defronta.

A idéia básica está em que dispomos praticamente de todos aqueles recursos que tendem a tornar-se escassos em outros países, à medida que caminhamos para a década dos 80. O Brasil, que chegou um pouco tarde à industrialização e que pouco conhecia de seus recursos potenciais, tem agora uma noção mais realista do papel que lhe é destinado no mundo.

Entretanto, o acelerado crescimento econômico experimentado nos últimos decênios propiciou a introdução de complexas alterações tecnológicas no mundo do trabalho, com tal rapidez que não houve tempo bastante para avaliar todos os seus efeitos sobre a saúde e o bem-estar das pessoas, seja a curto ou a longo prazo.

Estamos hoje em meio a uma revolução ambiental que somará seus efeitos negativos aos das precárias condições sanitárias já existentes, se imediatamente não pusermos em prática nossa capacidade de prever e prevenir.

Por outro lado, o extraordinário avanço no setor das comunicações de massa, além de encurtar as distâncias, colocou em confronto e vai pondo em julgamento os diversos componentes do mosaico cultural brasileiro, permitindo a todos se aperceberem até que ponto estão participando das conquistas tecnológicas que asseguram melhor padrão de vida às coletividades.

Tal situação gerou razões que justificaram uma obrigação *política* no sentido de minimizar as situações desfavoráveis originadas do crescimento econômico, nitidamente assinaladas pela prioridade concedida pelo Governo ao aprimoramento das condições de salubridade dos ambientes de trabalho, com vistas a uma atuação decisiva para diminuir os índices de acidentes.

“Dever do Estado e missão indeclinável do Governo, é, pois, cuidar primacialmente do homem, de suas potencialidades a desenvolver, de suas necessidades a atender, para que o complexo social venha a beneficiar-se da maior aptidão de cada um dos elementos que o compõem, lhe dão vida e lhe garantem um futuro de prosperidade e grandeza.”

“O acidente do trabalho, bem o vemos, não representa apenas vultoso prejuízo econômico à Nação: é um mal social inaceitável. Antes de tudo, é um drama humano de trágicas proporções.”

“O que mais importa é a estruturação de esquemas preventivos, através dos quais, sem prejuízo da produção, antes ensinando-lhes maior coeficiente de produtividade, busque-se reduzir ao mínimo, senão eliminar, a ocorrência do acidente, tornando-o anomalia excepcional no processo produtivo.”¹

¹ Discurso proferido pelo Pres. Ernesto Geisel, no XIII Congresso de Prevenção de Acidentes do Trabalho (XIII Conpat), 1974.

“O Governo quer a empresa brasileira sadia, robusta, próspera. E quer prósperos e sadios os seus trabalhadores.”

“Queremos o desenvolvimento sem vítimas; queremos que o trabalho seja um meio de realização plena do homem, sem martírios e desesperanças. Queremos que o homem trabalhe para viver e não para morrer, na queda anônima de um andaime, no choque violento da corrente de alta voltagem, na dolorosa e inglória curva de uma serra eletrificada.”

“Estabelecemos uma política que se está por implantar no interior da empresa.”²

A política a ser seguida já está, portanto, determinada pelo Governo, não só através dos pronunciamentos daqueles a quem cabe a tomada de decisões, como também dos instrumentos legais que daí decorreram.

Precisamos, pois, iniciar quanto antes a avaliação dos métodos e processos de trabalho para adequá-los à capacidade do organismo humano em executá-los. Isso envolve modificações em muitos dos ambientes e instrumentos de trabalho e principalmente a conscientização de que é necessário melhorar muitas das atuais atividades industriais. Esta é uma tarefa de todos — legisladores, administradores, empresários e economistas — mas cabe aos profissionais da saúde o principal papel em tudo isto, pois olhando o homem em sua realidade física e mental podem melhor ajudá-lo a encontrar o caminho mais consentâneo com a humanização do binômio economia-trabalho.

Sabemos, por outro lado, que a valorização do homem também está vinculada à segurança de suas expectativas futuras e ao seu bem-estar presente, e que sobre ambos também repousa a tranquilidade social da Nação.

A preocupação com essas realidades levou portanto o Estado a alterar sua posição de deixar que se desenvolvessem, no livre jogo das iniciativas individuais e empresariais, os mecanismos modificadores da situação existente com referência à medicina e segurança no trabalho, para passar a uma posição de maior participação no processo, a fim de regular com a força jurídico-legal de sua autoridade, as relações entre os indivíduos e as organizações de trabalho, com a finalidade de propiciar maior vigilância institucional, visando promover a justiça social.

Assim sendo, será um erro pensar-se em um trabalhador como simples objeto, número ou coisa; temos que reconhecer-lhe o caráter social de ser humano, com ele conviver, sentir suas necessidades e seu valor moral.

Valorizar o homem significa, mais do que tudo, interessar-se por seus problemas, e ao médico do trabalho, bem como ao engenheiro de segurança, é a quem cabe na empresa o principal e importante papel de zelar pela integridade física e mental dos trabalhadores.

Da análise que se faça da matéria fica patente, por outro lado, que no Brasil está havendo uma acentuada inversão no processo de se estabelecer tal política — ela vem de cima para baixo, ou seja, como uma necessidade premente, sem que dela se tivessem totalmente apercebido aqueles por ela

² Discurso proferido pelo Ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, no XIII Congresso de Prevenção de Acidentes do Trabalho (XIII Conpat), 1974.

envolvidos, isto é, empresários, técnicos em administração, médicos, engenheiros etc., com toda a gama e complexidade dos problemas criados pelas mudanças no *status quo* vigente.

Nessa linha de reflexões vale a pena preliminarmente acentuar que toda política deve ser dinâmica, aperfeiçoar-se e modificar-se à medida que funciona. Ainda não palmilhámos o caminho da tranqüilidade que só a experiência é que nos vai ditar. Começamos agora e outra não tem sido a evolução do assunto, no momento ainda sob a tutela da Portaria nº 3.460, de 31.12.1975, do Ministério do Trabalho, que trata da criação de serviços de segurança, higiene e medicina do trabalho nas empresas. Apesar de seus acertos e objetividade, esta portaria ainda não “cobriu todo o terreno”, como também não o fizeram aquelas outras que a precederam.

O estágio atual de evolução do assunto não facilita o estudo do processo decisório que envolve nas empresas a organização e o funcionamento da atividade de segurança, higiene e medicina do trabalho. Entretanto, apesar de complexo, esse estudo é básico na medida em que as empresas precisam canalizar seus esforços organizadamente, de modo a obter os resultados que lhe forem ditados pela política adotada pelo Governo.

Uma empresa não pode, por outro lado, apoiar-se apenas em “simples medidas administrativas”. Há que se estabelecer um “verdadeiro programa de ação”. Programa de ação que envolva uma análise conjuntural bem conduzida, pois também representa um risco para uma escolha e a implementação de atos futuros.

Quem se aprofunda nas questões relativas à segurança e medicina do trabalho chega a conclusões forçosamente idênticas quanto a vários de seus aspectos. São observações que se incluem, para os que militam no setor, na categoria das coisas chamadas óbvias, pois a saúde e a preservação da vida do trabalhador têm sido uma constante na identificação das funções de uma correta administração.

Trata-se, em síntese, de oferecer os serviços a que todos aspiram sem modificar-lhes as peculiaridades intrínsecas, decorrentes da própria formação profissional de cada um dos componentes da equipe de saúde ocupacional; ou, por outras palavras, de não serem modificadas, pelos meios utilizados, as finalidades perseguidas.

Assinala-se com grande freqüência, de fato, a imposição de deformação dos objetivos em função de organização e métodos que se despreocupam com a essência e com a plena significação dos atos praticados em favor da saúde ocupacional.

O interesse por um ambiente de trabalho saudável e seguro é apenas o reflexo do desejo de atingir uma elevada qualidade de vida e uma humanização do trabalho em geral.

Esta orientação humanista que se preconiza tem objetivos bem definidos:

1. integrar o homem, pela proteção de sua saúde, na construção do progresso e do desenvolvimento para que ele possa usufruir os benefícios oriundos do seu trabalho;

2. reconhecer os fatores e as condições do ambiente associado com o trabalho e as diversas operações, e a compreensão de seus efeitos sobre o organismo humano;
3. avaliar, através do treinamento e da experiência e com auxílio de técnicas especializadas, a magnitude desses fatores, em termos quantitativos de sua capacidade de provocar danos à saúde;
4. prescrever métodos de controle ou de redução desses fatores quando houver necessidade de fazer cessar seus efeitos;
5. promover uma interação efetiva entre o trabalhador e seu trabalho, através da aplicação dos princípios que regem o comportamento humano;
6. apreciar com objetividade as necessidades econômicas e sociais, bem como as responsabilidades dos trabalhadores e dos empregadores perante as comunidades onde vivem e atuam.

Toda a empresa que se preocupa com a *produtividade* desejará ter sempre empregados sadios, ou seja, um mínimo de empregados doentes, acidentados, ausentes, faltosos.

Da mesma forma que uma empresa não deseja que fiquem "doentes" sua administração, suas finanças, sua economia ou sua maquinaria, também não pode desejar ter seu material humano doente.

Antes de mais nada, quando se cogita de preservar a saúde (*latu sensu*) é preciso caracterizar o que se entende por medicina do trabalho, segurança do trabalho e o que significa exatamente a expressão *saúde ocupacional*.

Medicina do trabalho é uma atividade exclusivamente do campo das ciências médicas. Já a segurança é predominantemente do campo da engenharia.

Sob o ponto de vista conceitual, deve-se considerar que a proteção da saúde do trabalhador é o resultado do exercício da saúde ocupacional — através de um trabalho conjugado, de uma atividade abrangente que é predominantemente exercida por profissionais das ciências médicas e da engenharia, mas atinge a todos: administradores, gerentes, executivos, químicos, médicos, psicólogos, advogados, engenheiros e empregados em geral.

A responsabilidade pela saúde não deve recair exclusivamente sobre os ombros de um determinado profissional: cabe a todos os integrantes de uma determinada comunidade partilhar dela, pois ela será sempre o resultado do esforço conjugado de seus componentes. Ela é a reunião de partes que fazem um todo, mas sua orientação deve caber sempre a profissionais altamente qualificados.

Não é outra a razão pela qual a Organização Mundial de Saúde (OMS) adotou o termo saúde ocupacional para definir essa especialidade multiprofissional, iniciada historicamente, é bem verdade, pela medicina do trabalho, mas substituindo-a quando a proteção à saúde do homem que trabalha deixou de ser feita exclusivamente por médicos, para ser atributo de um grupo cada vez maior de profissionais. Da mesma forma a Organização Internacional do Trabalho (OIT) também denomina de saúde ocupacional a ciência e a arte de reconhecer, avaliar e proteger os trabalhadores contra os riscos profissionais, considerados em seu sentido abrangente.

Quando se fala em serviços especializados seja de segurança industrial, higiene do trabalho, medicina do trabalho ou medicina ocupacional, aquilo

que a muitos pareceu coisas diversas constitui-se, em essência, em meios para atingir um objetivo comum — o de promover a saúde nas comunidades de trabalho. Também não pode subsistir a idéia de que o termo *saúde* esteja sempre ligado à figura do médico. Basta analisar a definição do termo dado pela Organização Mundial da Saúde para chegar a essa conclusão.

Por outro lado, não procede a manifestação divergente de alguns neófitos, secundados pelo interesse esconso de uns poucos especuladores do tema (que não desejam modificar a situação até então vigente, da execução de procedimentos sem a necessária cobertura técnica e que procuram criar clima favorável à manutenção de uma situação que só a eles interessa), de que o termo saúde ocupacional não condiz com o que se faz e pensa no Brasil.

Pelo contrário, segundo o conceito mundialmente adotado, a expressão é cada vez mais usada para englobar as atividades dos profissionais que atuam nesse campo e não é outra a razão que leva os centros universitários mais adiantados do País a adotar o nome saúde ocupacional para aquelas disciplinas multiprofissionais de cujo estudo em conjunto resulta proteger o trabalhador contra os agravos do trabalho.

É opinião da maioria que o uso da expressão em lugar de ensejar divisões de profissionais, que somente poderão prejudicar a real melhoria das condições de trabalho, irá levar a uma ação conjunta cujo objetivo principal é exatamente a erradicação das causas que possam afetar o *bem-estar físico, mental e social* do trabalhador.

Daí se depreende que a verdadeira gestão da saúde ocupacional implica uma orientação que deve emanar da administração superior da empresa, resultante da seleção de prioridades que se apurarem no cadinho de decisões interprofissionais. Somente assim elas terão a força necessária para ser implementadas e difundidas sem as incompreensões e dificuldades hoje tão evidentes.

Nunca o caráter interdisciplinar que gere, hoje em dia, a maioria dos sistemas de administração de recursos humanos das empresas teve uma aplicabilidade tão objetiva como na atividade de saúde ocupacional.

A moldura sistêmica trazida para a administração de recursos humanos veio facilitar a compreensão e o sentido da interdependência das várias disciplinas técnicas e métodos de que se valeram os profissionais engajados nos processos industriais e, mais em particular, serviu para enfatizar a necessidade de maior entrosamento daqueles profissionais e dos objetivos parciais pelos mesmos perseguidos dentro das organizações industriais.

Os princípios da organização sistêmica ampliaram o conhecimento científico das estruturas e funções das organizações, aprofundando pesquisa sobre composição das subpartes de um sistema global seus elementos, regras de interação e interdependência, extrapolando para os organismos sociais princípios comuns aos sistemas biológicos, criando dessa forma o trabalho de equipe.

Para se chegar a esse trabalho de equipe é preciso entender, portanto, que a empresa nada mais é do que um sistema que se propôs a desenvolver

uma determinada tarefa; e dentro de um sistema ninguém é mais importante do que o outro; todos são fundamentais, ninguém pode funcionar eficientemente sem a cooperação, o auxílio e o trabalho dos outros.

Tais considerações vêm à tona no sentido de se saber a quem deve caber a responsabilidade de coordenar as atividades especializadas de saúde ocupacional.

Se fosse possível obterem-se a unanimidade de pontos de vista e a decisão perfeita, não haveria problema de tal determinação — tanto poderia ser o médico como o engenheiro. Isso entretanto só nos conduz a uma miragem, pois a empresa moderna, em transformação permanente, requer muitas decisões — e decisões rápidas — que devem ser processadas e implementadas por quem possa dominá-las.

Ora, se as decisões tivessem que ser unânimes, elas seriam poucas, porque não existe possibilidade de se chegar facilmente à unanimidade de pontos de vista. Por outro lado, se admitíssemos hipoteticamente a existência de decisões perfeitas, elas seriam muito lentas para as necessidades de uma empresa em permanente transformação. Daí a necessidade de se buscar outro critério, que se pode denominar de exigência da eficácia na maneira pela qual se deve organizar o sistema dessas atividades especializadas.

Para analisá-lo, deve-se começar por um exame do modo segundo o qual são tomadas decisões nas organizações industriais. Essas decisões, conforme mostram os teóricos de organização, nunca são ótimas; elas normalmente são apenas satisfatórias, e resultam de determinadas premissas que existem numa organização qualquer, seja ela uma empresa ou repartição.

Ainda são os teóricos da administração que costumam distinguir as atividades empresariais entre aquelas diretamente relacionadas com os processos industriais e que, conseqüentemente, se desenvolvem junto à *linha de produção* ou de *execução* e aquelas a que são atribuídas as responsabilidades de *estudo*, *planejamento* e *controle* (atividades de *staff*) ou, como alguns outros preferem, as atividades que se relacionam diretamente com o *objetivo básico* da empresa e as que lhe servem de *apoio*, que a coadjuvam, para que o objetivo maior possa ser mais facilmente alcançado.

Não importa a posição ou a natureza da atividade; o fundamental, o princípio que norteia todo o empreendimento industrial, no dizer de Edwin Flippo,³ é que: “todo o trabalho desempenhado numa organização deve de algum modo, direta ou indiretamente, contribuir para o objetivo dessa organização”. Dentro dessa ordem de idéias, a administração e com ela todas as demais atividades que lhe são coadjuvantes ou com ela se relacionam — e as atividades de saúde ocupacional estão no caso — só têm sentido na medida em que contribuem para que a organização realize seu objetivo básico.

Ora, tanto o papel da atividade médica como o da engenharia estarão facilmente delimitados na maioria das empresas se analisarmos seus funda-

³ Flippo, Edwin. *Princípios de administração de pessoal*. São Paulo, Editora Atlas, 1970.

mentos básicos: cabe ao primeiro o estudo dos problemas referentes à pessoa humana e o seu relacionamento com o ambiente, enquanto ao segundo cabe o estudo do ambiente e o seu relacionamento com o homem.⁴ Isso significa que cada área especializada dispõe de chefia e coordenação próprias. Elas se entrosam através da gerência superior a quem competirá sempre a palavra definitiva. Daí surge o problema de posicionar ambas as atividades em nível organizacional capaz de pronta ação decisória, pois os assuntos médicos e de segurança industrial não podem sofrer as delongas das decisões burocráticas em situações em que está envolvida a própria vida de seres humanos.

Essas são as duas premissas fundamentais. Lógico que sempre existirão outras alternativas a respeito do assunto, porque sempre haverá uma preferência de valor na análise de uma situação objetiva.

Os múltiplos caminhos pelos quais uma empresa responde à necessidade de exercer as obrigações que lhe são impostas pelo poder público dependem de criatividade e resultam de diversos mecanismos, inclusive da maior ou menor dose de prestígio pessoal daqueles que estiverem engajados na atividade.

O importante é aceitar-se como da política interna da empresa o sistema organizacional através do qual ela dê cumprimento aos dispositivos legais sobre segurança e medicina do trabalho. Não nos parece razoável um tipo de organização padronizado pelo Estado. Isso a nada levaria, em face da complexidade e diversidade das situações que teriam que ser enfrentadas neste imenso país.

O importante é levar avante os propósitos de melhorar a saúde e as condições de trabalho com os recursos disponíveis em cada empresa.

Tal orientação é tanto mais verdadeira se levarmos em consideração que a própria atividade do Estado também está em uma fase de consolidação. Através da apreciação e da crítica do que se passar no âmbito empresarial é que ele poderá se aparelhar para enfrentar a necessidade de capacitação técnica e o imperativo da criatividade. Muita coisa ainda está por acontecer nesse campo e ao Estado cabe o grande papel de apreender a necessidade de mudança e perceber a existência de dilemas.

Outro aspecto muito importante é aquele referente aos problemas de caráter ético. Muitas das atividades, tanto na área da medicina do trabalho como da engenharia de segurança, terão que ser exercidas e dirigidas em base de absoluta confiança.

A direção, em consequência da divisão do trabalho e da necessidade de ajustamento da atitude do dirigente com a dos dirigidos tem invariavelmente que se ater ao respeito pelo desempenho das funções individuais e setoriais específicas, bem como aos direitos e deveres gerais.

O corolário dessa afirmativa é, em suma, o de que qualquer dirigente tem o papel de administrar, na acepção mais elevada de *chefia*. Por outro lado, como responsabilidades de uma *gerência superior* o que se requer, em princípio, em matéria de administração, é precisão, estabilidade e con-

⁴ As responsabilidades da medicina e da engenharia no campo da saúde ocupacional são exemplificadas no anexo que aparece no fim deste trabalho.

trole das decisões tomadas. As atitudes são mais de planejamento global e de comando de todas as atividades em jogo; portanto, não lhe é lícito *interferir* em esferas operacionais especializadas tentando impor-lhes critérios, soluções e objetivos que atentem contra os códigos éticos, estéticos e técnicos que lhe são próprios e consagrados.

Um administrador, portanto, jamais deverá determinar a um especialista (indivíduo ou órgão) que proceda contrariamente às normas técnicas, legais ou morais de sua profissão. Reconhece naturalmente que sua autoridade sobre o órgão ou indivíduo especializado é estritamente administrativa e termina onde começa a área de atuação deste.

Tanto o papel do médico como do engenheiro em saúde ocupacional é o de um assessor especializado. Como tal, suas conclusões sobre qualquer caso têm o sentido de orientação e esclarecimento para uma decisão final adequada.

Daí ser valioso que ambos discutam com o administrador a dimensão exata de suas atividades. Este comportamento cooperativo possibilita somar esforços em benefício de um objetivo comum, criando também condições para o desenvolvimento de mútua confiança, de onde certamente surgirá uma atmosfera relativamente livre e não manipulada capaz de superar quaisquer competições ou conflitos em terreno onde a observância de princípios éticos e legais poderia criar distorções estéreis.

Quanto maior for a capacidade das pessoas se relacionarem sem bloqueios, eliminando os conflitos, maior será a contribuição para melhorar o clima geral da empresa onde elas atuam diariamente.

Para criar essa atmosfera de mútuo entendimento, cabe ao administrador desenvolver as condições de auto-expressão e de satisfação entre seus subordinados, evitando a deformação de alguns valores básicos para a solidez da cultura organizacional, como o nepotismo, a autocracia, o paternalismo que aceleram exponencialmente a entropia e a falência das organizações.

Estabelecidos os princípios enumerados, cabe aos órgãos médicos e de segurança o planejamento contínuo e permanente de suas atividades que se deverão desenvolver de modo ordenado e racional, sistematizando um processo de tomada de decisões na solução dos problemas que se apresentem.

É preciso ter sempre em mente que em todo planejamento devem coexistir ações técnicas e ações políticas, que caracterizam um verdadeiro programa de ação.

Não nos devemos esquecer, principalmente em se tratando de atividade relativamente nova, que a ação política é fundamentalmente relacionada com a determinação das finalidades do esforço, ao passo que a ação técnica focaliza a atenção principalmente nos meios para consecução dos fins.

A definição dos objetivos é principalmente uma tarefa de natureza política, mas o técnico deve dela sempre participar através da comprovação da consistência dos objetivos, tendo em conta os recursos disponíveis ou potenciais.

Saúde ocupacional
Exemplos de atribuições

Referência	Medicina	Engenharia
Estudo do projeto e equipamento	<p>Interpreta e sugere modificações ou adaptações em questões de higiene que coincidam ou colidam com a proteção do homem no trabalho.</p> <p>Recomenda detalhadamente e interpreta para a engenharia as adaptações de equipamentos, máquinas e implementos em face dos problemas da fisiologia humana.</p>	<p>Avalia o projeto de construção de instalações industriais, principalmente quanto à orientação mais apropriada. Introduce modificações porventura evidentes em face da necessidade de proteção do homem no trabalho.</p> <p>Verifica se os equipamentos, maquinarias e outros implementos obedecem aos padrões de segurança, levando principalmente em conta a localização e a operação dos mesmos.</p>
Meteorologia poluição	<p>Adverte, ensina e esclarece acerca dos riscos das diversas substâncias e materiais (encontrados na água, no ar ou no solo como poluentes) sobre o organismo humano.</p>	<p>Estuda as condições meteorológicas e topográficas. Realiza levantamento de substâncias e materiais capazes de provocar poluição da água, do ar e do solo.</p> <p>Controla os resíduos industriais.</p>
Colheita e análise de amostras	<p>Procede à colheita e análise de amostras biológicas dos empregados para verificação da ação, sobre o organismo, de substâncias e condições encontradas no ambiente.</p> <p>Identifica e revela afecções orgânicas devidas às exposições no trabalho, de modo a evitar efeitos prejudiciais nos demais empregados.</p> <p>Usa técnicas próprias para avaliar a magnitude dos efeitos das condições ambientais sobre o organismo (audiograma, raios X etc.).</p>	<p>Realiza colheita e análise de amostras de ar e de outros materiais existentes nos ambientes de trabalho e capazes de afetar a saúde.</p> <p>Efetua medições de outras condições anormais presentes no ambiente de trabalho como:</p> <ul style="list-style-type: none"> — radiações (ionizantes e outras) — ruídos e vibrações — temperatura e conforto térmico — iluminação e níveis de iluminamento — ventilação — outros

Referência	Medicina	Engenharia
<p>Controle do ambiente — executores, locais e equipa- mento</p>	<p>Diagnostica as doenças ocupacionais e avalia a intensidade e gravidade das lesões traumáticas, com a finalidade de aplicar medidas de controle de locais de trabalho e/ou ocupação do empregado. Estabelece a potencialidade das substâncias e das diversas operações industriais em produzir patologia ocupacional.</p>	<p>Estuda modificações a serem introduzidas nos locais de trabalho ou nos equipamentos para evitar ou controlar a contaminação do ambiente por condições ou substâncias nocivas. Para tanto, utiliza técnicas de substituição, ventilação, enclausuramento e outras. Delimita as áreas de insalubridade.</p>
<p>Acidentes do trabalho</p>	<p>Verifica a influência do fator humano na eclosão de acidentes. Presta socorro de urgência em caso de acidente. Treina equipes de socorristas na prestação de primeiros socorros. Programa o sistema de socorro a vítimas de grandes acidentes coletivos. Participa dos trabalhos das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (Cipas).</p>	<p>Investiga as causas dos acidentes. Aponta falhas operacionais causadoras de acidentes. Efetua análise estatística dos fatores de acidentes, calculando custos e divulgando resultados. Programa e orienta todo o sistema de proteção ao patrimônio empresarial contra incêndios e outros eventos catastróficos. Participa nos treinamentos de primeiros socorros. Delimita as áreas de periculosidade. Entrosa-se com o serviço médico a fim de conhecer a natureza e frequência das lesões para melhor efetivação das medidas de controle. Supervisiona e organiza a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa).</p>
<p>Equipamento de proteção</p>	<p>Verifica a adaptabilidade dos equipamentos de proteção individual às pessoas que tiverem de usá-los.</p>	<p>Seleciona e indica os equipamentos de proteção individual e coletiva ao tempo em que se responsabiliza pela verificação técnica de sua eficiência.</p>

Referência	Medicina	Engenharia
Seleção e acompanhamento	<p>Estabelece os requisitos de aptidão física e mental para o exercício das diversas atividades na empresa (profissiografia).</p> <p>Programa e realiza exames médicos admissionais, periódicos, especiais e perícias médicas.</p> <p>Cuida do tratamento médico nos casos de doenças ocupacionais, bem como dos empregados que adoçam durante ou devido ao trabalho.</p> <p>Programa e implementa a atividade de reabilitação profissional.</p>	<p>Coopera no estabelecimento dos requisitos mínimos pessoais para o exercício de determinadas funções visando segurança.</p> <p>Minimiza as possibilidades de acidentes de qualquer natureza ou condições desfavoráveis de trabalho.</p>
Saneamento	<p>Programa e realiza visitas de inspeção sanitária aos locais de trabalho, cozinhas, cantinas, refeitórios etc., alertando a engenharia sobre qualquer problema identificado ou localizado.</p> <p>Programa e inspeciona a alimentação fornecida aos empregados.</p>	<p>Efetua estudos de engenharia sanitária para controle de água, esgotos, lixo e vetores animados de doença.</p> <p>Verifica as condições de operação dos diversos serviços auxiliares, como cozinhas, elevadores, casas de força etc.</p> <p>Verifica as condições de habitabilidade de residências fornecidas pelo empregador, bem como o funcionamento do sistema sanitário.</p>
Relacionamento com terceiros	<p>Verifica se as organizações prestadoras de serviços ao empregador estão cumprindo as exigências mínimas deste, quanto aos padrões de saúde de seus empregados.</p>	<p>Orienta organizações prestadoras de serviços ao empregador quanto às exigências deste no tocante à segurança e à higiene industrial.</p>

Por outro lado, qualquer planejamento de pouco valerá se não dispuser das pessoas qualificadas para o exercício das diversas funções, inclusive dotadas de imaginação criadora e da plena convicção daquilo que estão realizando.

Tudo isso, entretanto, só pode ser atingido quando encontra eco e receptividade por parte dos demais elementos que constituem a empresa. Quando esses elementos reagem dessa forma, pode-se ter certeza de que se elevaram o bastante para valorizar aquilo que é humano.

Porque, de outra forma, é uma empresa que se desumanizou, que não tendo no elemento humano seu valor principal se descaracterizou: é uma empresa que perdeu toda a sua responsabilidade social.

Summary

Having analyzed postwar literature on development, the author believes two predominant ideas can be identified:

1. The phenomena are studied from an almost exclusively economic angle; nevertheless, facts demonstrate that, at the same time it stimulates global development, economic growth makes it indispensable that the existing socio-political environment be inclined and able to evolve; and
2. in underdeveloped countries, the atmosphere of growing aspirations generates tensions when opposed by limited national possibilities.

In order to accomplish its objectives — the building of a society inspired by general welfare — development makes use of both scientific and humanistic cultures. The former implements new technologies which maximize production factors and assure the increase of man's material well-being. Social sciences, influenced by humanistic culture, provide necessary knowledge to the building of a human and fair society, propitious to man's furtherance and realization.

Development should thus elect and valorize man as the main production factor.

The rapidity of economic growth in the latest decades impeded evaluating the effects of labor technological changes on the human factor's health and well-being.

This situation provided the bases justifying the priority that the Brazilian Government gave to improving salubrity conditions of working environments, as well as to decisively acting to decrease work-accident rates.

It is also a job for legislators, administrators, businessmen and economists, but labor doctors and safety engineers should play the main role in preserving workers' physical and mental integrity by proposing adequate solutions for the problem of humanizing the economy-labor binomial.

Using government's juridical-legal power, Labor Ministry's Portaria (Directive) 3.460 created the labor safety, labor hygiene and labor medicine services. It aims at exercising a larger institutional surveillance and thus promoting social justice.

The author defines labor medicine, labor safety and occupational health, as well as the professionals who should be responsible for such activities. However, he reminds us that occupational health is a multiprofessional specialized activity of a group whose main objective is to solve the problems which may prejudice workers' physical, mental and social well-being.

In connection with occupational health, the most important is to place labor doctors and safety engineers on an organization level which allows them to take prompt decision action, as well as to have sufficient autonomy to conduct themselves according to the technical, legal and moral standards of their professions.

Both the doctor and the engineer working in occupational health play the role of specialized advisors. Therefore, their opinions will direct the making of adequate decisions for the control and decrease of the factors which may harm workers' health.

UM DA VINCI NA SUA SALA



Leonardo Da Vinci (40 x 50 cm)

Ou Pancetti, Djanira, Gauguin, Renoir, enfim, todos os grandes mestres da pintura universal estão agora à sua disposição nos endereços da Fundação Getúlio Vargas. A preços inacreditáveis. Reproduções sobre tela, importadas da Itália, com a mesma textura dos originais e total fidelidade à arte que os tornou famosos.

RIO - S. PAULO - BRASÍLIA

UNESCO EM REVISTA

BULLETIN DE L'UNESCO À L'INTENTION DES BIBLIOTHÈQUES

(bimestral)

Cobertura internacional e informação atual sobre livros de referência, bibliografias, trabalhos sobre biblioteconomia e o desenvolvimento das bibliotecas através do mundo. Focaliza o papel da Unesco na cooperação internacional entre bibliotecas, acordos culturais, *copyright* e microrreprodução.

Inglês — Francês — Espanhol

Assinatura: Cr\$ 128,00

Nº Avulso: Cr\$ 26,00

REVUE INTERNATIONALE DES SCIENCES SOCIALES

(trimestral)

Revista internacional do conhecimento contemporâneo, sobre assuntos de interesse e importância atuais nas ciências sociais. Inclui um serviço de atualização do *World Index of Social Science Institutions*. Meio excelente de manter-se a par dos progressos intelectuais, sobretudo para aqueles que procuram ver além de sua própria especialização ou desejam familiarizar-se com diferentes técnicas e escolas de pensamento.

Inglês — Francês

Assinatura: Cr\$ 208,00

Nº Avulso: Cr\$ 64,00

BIBLIOGRAPHIE, DOCUMENTATION, TERMINOLOGIE

(bimestral)

Boletim sobre as atividades de documentação no campo educacional, científico, das ciências sociais e comunicação de massa. Notícias sobre o sistema internacional de informação sobre as pesquisas em matéria de documentação (ISORID)

Inglês — Francês — Espanhol

Assinatura: Cr\$ 60,00

Nº Avulso: Cr\$ 18,00

CULTURES

(trimestral)

Nova revista internacional dedicada ao vasto campo de atividades criativas que o homem moderno chama de "cultura".

Explora as tradicionais formas de expressão a partir do ponto de vista contemporâneo, discutindo as ligações entre si e seu impacto dentro e através das fronteiras nacionais. Também acompanha o desenvolvimento dos fenômenos culturais *sui generis* do século vinte — cinema, turismo, comunicação de massa etc. Revista especializada para um público inquiridor e intelectualmente ativo.

Inglês — Francês

Assinatura: Cr\$ 300,00

Nº Avulso: Cr\$ 88,00

BULLETIN DU DROIT D'AUTEUR

(trimestral)

Relatórios sobre os progressos, em plano internacional, das mais recentes disposições em matéria de direito de autor, incluindo informações sobre documentação, conferências e bibliografias.

Inglês — Francês

Assinatura: Cr\$ 88,00

Nº Avulso: Cr\$ 26,00

À venda nas livrarias da

EDITORA DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Rio: Praia de Botafogo, 188 - Tel. 266-1512 - r. 110

Av. Graça Aranha, 26 - lojas C e H

S. Paulo: Av. Nove de Julho, 2029

Brasília: CLS, 104 - Bloco A - loja 37

UNESCO EM REVISTA

CRÔNICA DA UNESCO (mensal)

Boletim das atividades da Unesco. Fórum sobre as Comissões Nacionais daquela Organização, fornecendo informações sobre importantes empreendimentos de entidades internacionais não-governamentais
Inglês — Francês — Espanhol
Assinatura: Cr\$ 120,00
Nº Avulso: Cr\$ 12,00

MUSEUM (trimestral)

Originalmente destinada aos profissionais que têm a seu cargo a manutenção de museus, esta revista ricamente ilustrada foi conquistando leitores em outras faixas de público, principalmente entre os interessados em museus e nas técnicas de exposição

Inglês — Francês
Assinatura: Cr\$ 240,00
Nº Avulso: Cr\$ 70,00

IMPACT - SCIENCE ET SOCIÉTÉ (trimestral)

Que estão a ciência e a tecnologia fazendo para melhorar a vida? Como pode a ciência servir ao mesmo tempo às necessidades sociais e ao desenvolvimento de um país? Onde a ciência se enquadra na cultura geral? Em um mundo onde cada descoberta científica é acompanhada de consequências sociais complexas e muitas vezes imprevisíveis, **Impact** oferece um meio coerente de interpretação de causa e efeito. Os diálogos entre cientistas e leigos, as contínuas transferências de informações entre as nações tecnicamente adiantadas e as industrialmente emergentes, constituem guia seguro para compreensão do relacionamento que mais e mais se baseia na ciência. Ressalta a interdependência da ciência e da sociedade e serve como fórum para idéias que poderão moldar nossas vidas nos anos futuros

Inglês — Francês
Assinatura: Cr\$ 128,00
Nº Avulso: Cr\$ 38,00

PERSPECTIVES (trimestral)

Um dos poucos periódicos verdadeiramente internacionais, proporcionando ampla cobertura a todos os aspectos da educação, com ênfase especial à inovação e renovação. Cada número traz um dossier temático e uma seleção de artigos de opinião e controvérsia, destinados a estimular a discussão dentro da comunidade educacional. Para administradores, planejadores, professores e estudantes que se preparam para carreiras no campo da educação.

Inglês — Francês
Assinatura: Cr\$ 128,00
Nº Avulso: Cr\$ 38,00

DOCUMENTATION ET INFORMATION PÉDAGOGIQUES

Bulletin du Bureau International d'Education
(trimestral)

Estudo de importantes instituições de documentação e pesquisa educacional e recentes trabalhos de referência em educação. Cada número traz uma bibliografia seletiva e anotada sobre temas específicos, destinada a encorajar a busca sistemática de literatura educacional, valiosa para especialistas e documentalistas.

Inglês — Francês
Assinatura: Cr\$ 144,00
Nº Avulso: Cr\$ 44,00

NATURE ET RESSOURCES (trimestral)

Relatório periódico de pesquisas científicas sobre o meio ambiente, recursos e conservação; boletim do Programa "O Homem e a Biosfera"; boletim da Década Internacional de Hidrologia; boletim do Programa de Correlação Geológica Internacional. Ressalta as técnicas interdisciplinares de estudo dos problemas do meio ambiente.

Inglês — Francês
Assinatura: Cr\$ 80,00
Nº Avulso: Cr\$ 24,00

MONOGRAFIAS SINTÉTICAS DE PROFISSÕES DE NÍVEL SUPERIOR

Isop

Várias razões motivaram a organização e estruturação do elenco de monografias sintéticas de profissões de nível superior. Primeiramente, a necessidade de informar uma população de jovens, quase todos na faixa escolar de 1.º e 2.º graus, dos campos de atividades profissionais, cuja opção se impõe para prosseguimento de cursos ulteriores. Mas, não só candidatos à formação em 3.º grau procuram informações a respeito. Também, a população leiga em geral (principalmente pais e responsáveis) e educadores que se dedicam à informação ocupacional.

A forma sintética foi escolhida com o propósito de oferecer contato informativo a maior número de carreiras que se oferecem aos jovens em fase de escolha de profissões a seguir. Outra vantagem que as monografias sintéticas podem oferecer é servir como instrumento de pesquisa sobre a matéria, pois a leitura de monografias completas exigiria tempo maior, orientação e esclarecimentos na maneira de utilizar as informações. Para elaboração do plano inicial partiu-se do **levantamento das profissões existentes** e da estruturação de um **roteiro** para execução de cada monografia. O roteiro foi estabelecido com a eleição dos itens julgados "imprescindíveis e mínimos" para a informação da profissão.

São os seguintes:

1. Designação do campo de atividade e do profissional;
2. O que é: descrição sucinta que caracteriza a profissão;
3. As tarefas e atividades principais, incluindo especializações, quando houver;
4. Local de trabalho: ambiente e instituições;
5. Estudo e preparo: matérias curriculares.

Trata-se, pois, de obra imprescindível a todos os que, de alguma forma, estejam ligados à orientação profissional, ao futuro dos jovens em nosso país.

Pedidos à

EDITORA DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
Praia de Botafogo, 188 — CP 9.052 — ZC-02
Rio de Janeiro — RJ